



Despesas familiares com educação na região Centro-Oeste brasileira: comparação entre as Pofs 2002-2003 e 2008-2009

(Economia - Artigo Completo)

Marciele de Freitas Oliveira – UFGD –marciele_06@hotmail.com

Maygda Alice de Lima – UFGD – maygda@gmail.com

Madalena Maria Schlindwein – UFGD- madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

Jaqueline Severino da Costa – UFGD –jaquelinecosta@ufgd.edu.br

Resumo: Este estudo teve como objetivo fazer uma caracterização do quanto da renda familiar na região Centro-Oeste gasta com educação. A análise foi realizada a partir de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares dos anos de 2002-2003 e 2008-2009, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os principais resultados mostram que a parcela de renda das famílias gasta com educação, na região Centro-Oeste, está abaixo da média nacional, gastos esses que diminuiram no período de 2008-2009 em comparação ao período de 2002-2003. Dentre as Unidades Federativas da região o Distrito Federal se destaca com o maior nível de investimento em educação. Verificou-se que para a região analisada os gastos educacionais são inelásticos a partir de um nível mais elevado de renda.

Palavras-chaves: Renda familiar; Pesquisa de Orçamentos Familiares; Educação.

1. Introdução

No Brasil, a educação ainda apresenta um resultado aquém do esperado quando comparado a outros países. Isto pode ser corroborado pelo resultado da avaliação apresentada pelo *Programme for International Student Assessment*¹ (PISA), em que o país ficou na 38ª posição do *ranking*, num total de 44 países avaliados, o que comprova que a educação no Brasil ainda deixa a desejar em termos de qualidade (INEP, 2014).

Muitas políticas públicas têm sido formuladas no sentido de criar políticas que visam melhorar a qualidade educacional. O governo federal, nos últimos anos, têm liberado diversos recursos para a expansão do ensino superior, como a criação e expansão de universidades, através do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2003 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

No que diz respeito a melhorias do ensino básico, o Governo Federal, no ano de 2011, criou o programa Mais Educação. Programa que visava ampliar a jornada escolar nas escolas públicas municipais, por meio de atividades diversificadas em diversas áreas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009a).

Segundo Castro e Vaz (2007) muitas famílias, entendendo a importância da educação fazem um esforço para enviar seus filhos para se qualificarem. Contudo, grande parte das famílias brasileiras não possuem recursos suficientes para manter seus filhos na escola. Assim, em muitos casos, este esforço causa um desequilíbrio no orçamento familiar. E isto se torna mais complicado quando se busca acesso ao ensino privado, que ainda é mais oneroso. Desta forma,

¹ O *Programme for International Student Assessment* (Pisa) – é um Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.



muitas famílias sem um patamar de renda suficiente, se endividam entram em dividas para possibilitar uma educação de mais qualidade a seus filhos.

Mesmo existindo um esforço por parte do governo para melhorar o nível da educação brasileira, muitos pais recorrem ao sistema privado de ensino como uma forma de possibilitar uma educação de maior qualidade para seus filhos. Porém, as famílias com maiores rendas são as que têm acesso mais fácil a essa alternativa, enquanto as famílias mais pobres têm que utilizar o ensino público oferecido pelo Estado, isso falando de ensino até o nível médio (CURI; MENEZES FILHO, 2010).

De acordo com o IBGE (2010), as famílias da região Centro-Oeste investem, em média, R\$ 22,00 *per capita* mensal na educação superior. Verifica-se que quanto maior a renda maior o investimento, quando analisados em números absolutos. A educação em 2008, de acordo a Pesquisa de Orçamento Familiar – 2008-2009, IBGE (2010), teve participação de 3,0% nos gastos familiares totais, sendo que em média as famílias brasileiras investiram R\$ 64,81 nessa despesa. Esse índice está bem abaixo dos itens básicos: alimentação (19,8%); habitação (35,9%), vestuário (5,5%) e transporte (19,6%).

Na rede pública de ensino muitas escolas encontram-se em situações precárias, quase sempre com falta de materiais e estrutura física problemática. Mesmo com esforços das políticas públicas, as escolas ainda necessitam maior atenção do Estado, para que possam possibilitar uma educação de qualidade para todos os alunos (CELI; PANDA, 2012).

A rede de ensino privada tem sido a alternativa para famílias que buscam educação de maior qualidade para seus filhos, tanto para o ensino básico como o ensino fundamental, dado que possuem uma melhor estrutura física e recursos materiais do que a escola pública. Junto com uma melhor estrutura, vêm melhores ambientes para as aulas, locais adequados, materiais diversificados, fatores esses que podem contribuir consideravelmente na melhor qualidade do ensino (CELI; PANDA, 2012).

Recentemente, o tema tem sido abordado por muitos estudos, e essa atenção especial pode ser justificada pelos benefícios que o investimento em capital humano proporciona aos indivíduos e à sociedade como um todo. Mas vale ressaltar que muitas pesquisas foram realizados em âmbito nacional, porém, em termos regionais, são necessários mais estudos que caracterizem esses gastos. Neste interim, se realizará este estudo buscando o seguinte questionamento: Quanto da renda das famílias da região Centro-Oeste é despendida com educação, e de que forma esse dispêndio ocorre entre as diferentes classes de rendimento?

Neste intuito o presente artigo pretende analisar as despesas das famílias com educação, na região Centro-Oeste brasileira, nos períodos 2002-2003 e 2008-2009, a partir de dados de Pesquisas de Orçamento Familiar (POF). Especificamente caracterizando o quanto da renda familiar na região Centro-Oeste é despendido com educação. Além de analisar as despesas das famílias com a educação de acordo com as Unidades Federativas da região e ainda fazendo uma breve comparação entre os gastos urbanos e rurais.

Este trabalho encontra-se dividido em quatro partes, além desta breve introdução. Na segunda parte apresenta-se a revisão bibliográfica, com destaque para os conceitos de educação pública e privada, além de estudos com enfoque na renda e nos gastos com educação. Na sequência a metodologia é apresentada, seguida, dos resultados obtidos a partir das análises dos dados. E, por fim, destacam-se as considerações finais e as referências que embasaram a realização deste trabalho.



2. Revisão bibliográfica

O ensino público é um serviço público, em que o Estado é a instituição que provê e mantém os serviços prestados. Segundo Di Pietro (1995), é toda atividade atribuída ao Estado, exercida diretamente ou por meio dos seus delegados, objetivando satisfazer às necessidades coletivas. A educação privada é aquela que não é administrada por governos locais, estaduais ou nacionais, sendo estas mantidas pelo pagamento particular do ensino fornecido.

Com objetivos que visam melhorar a educação brasileira, o governo federal tem criado programas que buscam uma melhor qualidade da educação no país. Para o ensino superior, em 1999 foi criado o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa destinado a financiar a graduação no ensino superior para estudantes matriculados em instituições privadas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000).

Buscando a expansão da educação superior, criou-se o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciado em 2003, e que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004).

No ano de 2004 é institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação, em instituições de ensino superior privadas, e oferece isenção de tributos as instituições que aderem ao Programa. O PROUNI é dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

Com o intuito de melhorar a educação básica, no ano de 2006, foi criado o programa Todos Pela Educação, que tem como missão contribuir para que, até 2022, o Brasil assegure à todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade. O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é a junção dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. Com um conjunto de 28 diretrizes pautadas em resultados de avaliação de qualidade e de rendimento dos estudantes (INEP, 2006).

No ano de 2007, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que serviu como um facilitador para o avanço da ampliação da jornada escolar. O Fundeb distribui recursos por aluno matriculado na educação básica, sendo esta distribuição diferenciada tanto para os diferentes níveis e modalidades de ensino, quanto para a extensão do tempo escolar (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009b).

Criou-se também, no ano de 2007, o Programa Mais Educação, que amplia a jornada escolar, para os alunos da educação básica da rede municipal de ensino. O programa tem atividades realizadas pelos Estados, Distrito Federal, municípios e outras instituições públicas, sendo as



atividades oferecidas gratuitamente as crianças, adolescentes e jovens, para escolas localizadas em comunidades com altos índices de vulnerabilidade social, pobreza e violência, gerando nova alternativa de cidadania à população (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2010a), a educação é apontada como o principal fator provedor do desenvolvimento brasileiro no momento. O país investiu nesse setor, em 2009, 4,7% do PIB nacional, referente a uma renda *per capita* de US\$ 458. Que, se comparado com os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a participação no PIB está na média desses países, porém, quando se compara em PIB *per capita* o valor é bem inferior. A educação oferecida pelo setor público brasileiro ainda é carente de qualidade.

No que se refere ao lado da demanda, vários estudos já foram realizados para a análise dos diferentes gastos familiares com educação no Brasil. Dentre os principais trabalhos pode-se citar Santana e Menezes (2009) que se basearam na variável diferença racial e verificaram que a diferença nos gastos com educação é maior entre as famílias com chefes de cor branca quando se analisa a amostra total.

Em um estudo do IPEA (2010b), constatou-se que o acesso ao ensino superior das pessoas de cor branca mais que dobrou entre o período de 1988 para 2008. Em 1988, cerca de 11,3% dessa população tinha acesso à educação superior, passando para 23,1% em 2008. Enquanto na população de não-brancos 2,8% tinha acesso a esse nível de ensino em 1988, em 2008 essa participação passou para 9,4%. Em 1988, 85,5% do total da população com acesso a esse nível de ensino era branca, índice que caiu para 72,9% em 2008. Esse aumento no acesso da população de não brancos é de muita relevância, foi considerada uma evolução moderada, porque também, nesse período, ocorreu queda no número de população branca em relação aos não brancos.

Quando se inclui a variável renda para explicar os gastos com educação, observou-se que a diferença maior só vai prevalecer na faixa mais rica. Quanto maior o nível de educação maior o investimento em educação, principalmente se o chefe da família for mulher (SANTANA; MENEZES, 2009). Se considerar apenas as famílias que possuem gastos com educação, verifica-se, que à medida que a renda aumenta, a proporção de renda destinada com educação diminui (com exceção da classe B). Nesse sentido a classe D compromete 10,6% da sua renda, enquanto a classe A despense 5,1% (CURI; MENEZES FILHO, 2010).

Santana e Menezes (2009) mostraram que, dentre todas as variáveis, a diferença salarial é a que melhor explica os gastos com educação. A elasticidade-gasto com educação é unitária em todas as faixas de renda. Assim, renda e gasto com educação tem relação positiva, ou seja, quanto maior a renda maior os investimentos com educação. Também o grau de escolaridade do chefe de família e a despesa com educação apresentam relação positiva (CASTRO; VAZ, 2007). Sabe-se que a educação, se comparada com as outras despesas básicas (habitação, alimentação, transporte e outras), tem uma participação não tão representativa (IBGE, 2010), devido essa ser oferecida por meios públicos, apesar da precariedade do serviço.

Porém, observa-se que essa despesa com educação é bem desigual, se comparar o topo da pirâmide com a base, essa despesa é uma das que mais apresenta diferença entre os níveis de rendimentos uma vez que as famílias que estão no topo, possuem mais facilidade no acesso às escolas particulares pela renda ser maior (SANTANA; MENEZES, 2009). Assim, elas recorrem a essa alternativa que oferece um nível de aprendizagem superior ao das escolas



públicas. A diferença, por exemplo, entre os alunos matriculados nas escolas de rede privada da classe A e B, é grande, sendo que da classe A são 77% estudando em escolas particulares, enquanto da classe B são menos de 30% (CURI; MENEZES FILHO, 2010).

No Brasil, cerca de 15% dos alunos frequentavam escolas privadas em 2006, sendo a maior parte pertencente ao ensino fundamental 1 e 2. No início do período analisado pelos autores, ano de 2001, a faixa que mais recorria a escolas particulares era o ensino médio. Destaque para a região Centro-Oeste, com exceção do estado de Mato Grosso, em que o índice de alunos no ensino médio matriculados na rede privada é maior que à nacional (15,4%). Outro fator importante apontado pelos autores é o ano de escolaridade da mãe, quanto maior o nível de escolaridade maior é a procura por rede privada no país. A diferença em cada nível de educação da mãe chega a quadruplicar a proporção de filhos matriculados em escolas particulares (CURI; MENEZES FILHO, 2010).

A educação é influenciada por muitas variáveis como já foi apresentado, mas também exerce influência sobre outras, principalmente na renda. Nesse sentido, Ferreira e Cruz (2010), concluíram que a educação é um fator que ajuda a diminuir a desigualdade de renda da população, mas, também ressaltaram que para que isso ocorra ela tem que ser de qualidade, além de ter boa dispersão entre toda a população, principalmente aos menos favorecidos e apresentar retorno, rápido, em relação aos anos estudados. No que se refere aos retornos educacionais, Coelho *et al* (2010), verificaram que os retornos sofrem uma queda, mas voltam a subir a medida que aumenta a distribuição de salário entre a população brasileira.

3. Metodologia

Como área de estudo destaca-se a região Centro-Oeste brasileira, que é composta pelas seguintes Unidades Federativas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal. Trata-se de uma região bastante diversa e com várias belezas naturais como o Pantanal, o Cerrado, a floresta amazônica, Bonito (MS), etc.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2014), a região Centro-Oeste tem um território de 1,61 milhões km², o equivalente a 18,90% do território nacional e uma densidade demográfica de 9,45 hab./km². Faz divisa com todas as regiões brasileiras, além de fazer fronteira com o Paraguai e Bolívia. Estima-se, para a região Centro-Oeste, uma população de 15,22 milhões de habitantes, no ano de 2014.

A agropecuária é de grande importância para a região Centro-Oeste e suas Unidades Federativas. Os seus estados estão entre os 10 principais produtores agrícolas nacionais. Destacando-se, na produção agrícola, a produção de soja (responsável por 46,81% da produção nacional, na safra de 2013, com rendimento de 2,93 t/ha), cana de açúcar (17,12%) e milho (44,68%), (IBGE, 2013).

No Centro-Oeste, destaca-se, a fabricação de produtos alimentícios, cujo valor da transformação industrial representou 50,19% do total, onde verifica-se, mais uma vez, o quão importante é a agricultura nessa região (IBGE, 2012).

O estudo segue uma abordagem exploratória/descritiva. Os dados utilizados no trabalho foram oriundos das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) publicadas pelo Instituto Brasileira de Geográfica e Estatística (IBGE). Foram utilizadas as duas últimas POFs publicadas, 2002-2003 e 2008-2009.



Ao longo das edições das POFs, houve mudanças em sua metodologia: forma de classificação, método de medida e abrangência geográfica. As edições foram: 1974-1975, 1987-1988, 1995-1996, 2002-2003 e 2008-2009 (IBGE, 2010). De acordo com o IBGE (2004) a pesquisa de 1974-1975 excluía a área rural da Região Norte e parte do Centro-Oeste. As pesquisas de 1987-1988 e 1995-1996 analisaram mais as regiões metropolitanas no que refere a estrutura de consumo dos índices de preços do consumidor.

A POF 2002-2003 é mais detalhada em relação às anteriores, uma vez que abrange todo o território nacional. Apresenta um melhor retrato da condição de vida das pessoas a partir do consumo rural e urbano para o Brasil, Grandes Regiões e Unidades Federativas. O período da pesquisa foi de julho de 2002 a junho de 2003 (IBGE, 2004).

Mas, ainda necessitava-se de uma pesquisa mais detalhada sobre a condição de vida a partir do consumo. E assim, seis anos após, foi lançada a nova Pesquisa de Orçamento Familiar em 2008-2009, que também abrange todo o território urbano e rural com coleta de dados, no período de 19 de maio de 2008 a 18 de maio de 2009. A novidade nessa POF é o consumo efetivo de alimentos (IBGE, 2010).

O Banco Mundial, através do Projeto de Assistência Técnica de Desenvolvimento Humano – HDTAL, forneceu empréstimo com o objetivo de reduzir o tempo entre uma pesquisa e outra. O Ministério da Saúde também disponibilizou recursos destinados a equipamentos das análises em saúde, antropométrica e consumo efetivo de alimentos (IBGE, 2010).

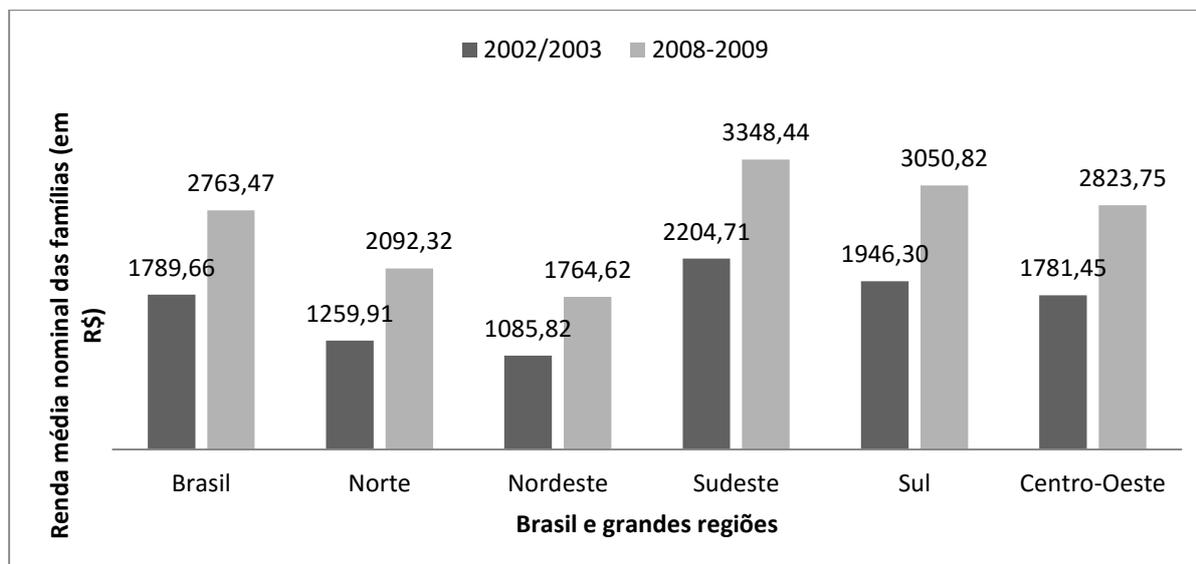
A Pesquisa Orçamentária considera que os componentes da educação são: cursos regulares; cursos superiores; outros cursos e atividades; livros didáticos e revistas técnicas; artigos escolares; e, outras. Coletaram-se dados da despesa com educação das famílias que serão apresentados na forma de Tabelas e Gráficos e assim analisadas, de acordo com os dados das duas últimas Pesquisas de Orçamento das Famílias brasileiras.

4. Resultados e discussões

Nesta seção serão apresentadas as discussões dos resultados obtidos a partir da análise de dados. Primeiramente, fez-se uma caracterização da renda média das famílias para as grandes regiões brasileiras, bem como a comparação da participação das principais despesas domiciliares. Em seguida, serão relatados os dispêndios das famílias com educação para as grandes regiões brasileiras. A partir disso, o destaque fica para as Unidades Federativas da região Centro-Oeste brasileira.

No Brasil as famílias atingiram uma renda média de R\$ 2763,47 no período de 2008/2009, ou seja, um acréscimo de 54,41% nos rendimentos em relação ao período de 2002/2003. A região Norte foi onde ocorreu o maior aumento na renda média das famílias para os períodos analisados, 66,07%, como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 – Renda média total das famílias, em R\$, Brasil e Grandes Regiões, períodos de 2002/2003 e 2008/2009.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de IBGE (2004; 2010).

Verifica-se, de acordo com a Figura 1, que a região Sudeste detém a maior renda média entre as grandes regiões brasileiras, R\$ 3.348,44, com R\$ 584,97 acima da média nacional. Situação essa verificada também nas regiões Sul, R\$ 287,35 acima. E, a Centro-Oeste com um valor de R\$ 60,28 superior a média brasileira.

Ao analisar a participação das principais despesas domiciliares brasileiras, verificou-se que a despesa que consome a maior parcela da renda das famílias é a habitação, para ambos os períodos, correspondendo a aproximadamente 36,00% no período de 2008/2009. No que diz respeito as despesas com alimentação, a região Norte é a que destina a maior parcela de sua renda, cerca de 25,80%, para 2008/2009. A região Centro-Oeste se destaca como a região com o maior dispêndio em habitação com, 37,90% nos anos de 2008-2009. A despesa com transporte possui maior participação na região Sul, que no período de 2008/2009 foi de 21,90%, como mostra a Tabela 1.

No Brasil em 2002/2003, 4,08% das despesas das famílias foram destinadas a educação, percentual que caiu para 3,00% no período de 2008-2009, conforme pode ser observado na Tabela 1. Na região Norte ocorreu um aumento de 0,10 pontos percentuais entre os períodos analisados. Com exceção da região Norte, nas demais regiões observou-se uma queda na participação das despesas domiciliares com educação. As regiões que apresentaram as maiores quedas foram a Centro-Oeste (1,25p.p) e Sul (0,97p.p). Diante desse contexto uma justificativa para essa queda pode ser a implantação de programas governamentais, como a expansão das universidades públicas, as bolsas de estudos em universidades privadas.

Tabela 1 – Comparação da participação, em percentual, das principais despesas das famílias, Brasil e Grandes Regiões, 2002/2003 e 2008/2009.

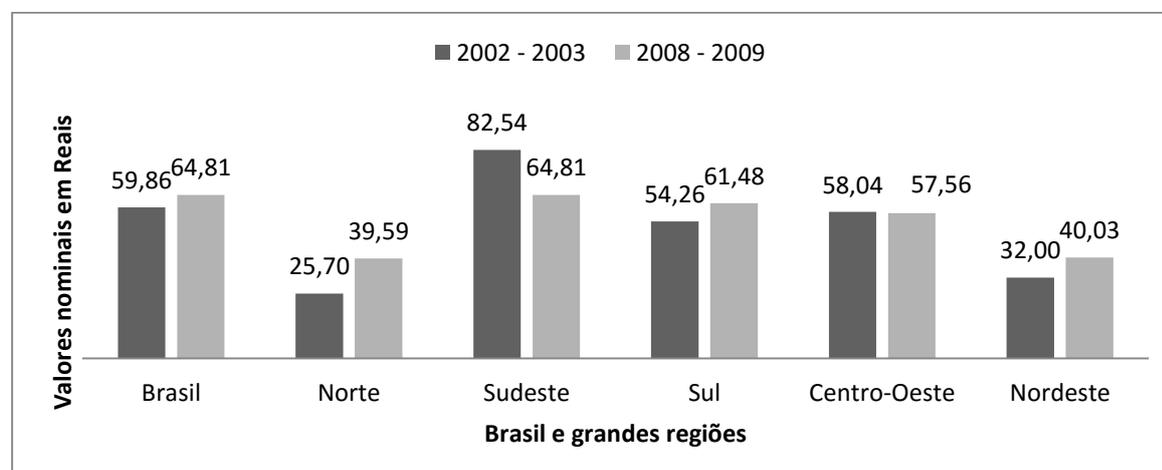
Unidades Federativas	Alimentação		Educação		Habitação		Transporte	
	2002/ 2003	2008/ 2009	2002/ 2003	2008/ 2009	2002/ 2003	2008/ 2009	2002/ 2003	2008/ 2009
Brasil	20,75	19,80	4,08	3,00	35,50	35,90	18,44	19,60
Norte	27,19	25,80	2,30	2,40	33,42	33,60	15,70	16,50
Nordeste	26,79	24,20	3,28	2,80	32,27	32,80	16,01	18,20
Sudeste	18,89	18,30	4,70	3,40	36,67	37,20	18,44	19,50
Sul	19,95	18,50	3,47	2,50	35,46	35,00	20,65	21,90
Centro-Oeste	18,09	17,70	4,05	2,80	35,86	37,90	20,77	21,20

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de IBGE (2004; 2010).

Dentre as grandes regiões brasileiras a Sudeste é a que apresentou a maior participação nos dispêndios com educação, 3,40% das despesas totais das famílias, no período de 2008/2009. Seguida pela região Centro-Oeste e Nordeste cuja participação nas despesas com educação corresponde a 2,80% no último período analisado, conforme Tabela 1.

Conforme pode ser observado na Figura 2, para o ano de 2002-2003 a despesa média mensal brasileira com a educação era de R\$ 59,86 e passou para R\$ 64,81 nos anos de 2008-2009. Para os anos de 2002-2003 a região brasileira em que as famílias mais dispenderam renda com educação foi o Sudeste brasileiro, com o valor de R\$ 82,54, ou seja, 37,88% acima da média nacional. Nos anos de 2008-2009 também foi a região Sudeste que se destacou como a região com maior despesa média familiar com educação ficando no mesmo nível da média nacional do país.

Figura 2 – Despesas médias das famílias com educação para Grandes Regiões brasileiras, em R\$, 2002/2003 e 2008/2009.





Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de IBGE (2004; 2010).

Entre as regiões com os menores gastos familiares com educação destacam-se a Norte e a Nordeste, conforme dados da Figura 2, que apresentaram valores 42,93% e 53,45%, respectivamente, inferiores a média nacional, para os anos 2002-2003. Mesmo com o crescimento de modo geral das despesas com educação, verificou-se que as regiões Norte e Nordeste permaneceram com a despesa familiar média educacional bem abaixo da média nacional. Destaca-se ainda que nas regiões Sudeste e Centro-Oeste diferentemente das demais regiões, houve redução no gasto familiar médio com educação no período.

Na Tabela 2 serão analisadas as despesas das famílias de acordo com as classes de rendimentos. Para os períodos analisados, averigua-se que a classe de rendimento que apresentou mais dispêndio com educação é a faixa de renda acima de 15 salários mínimos, com um gasto de 14,16% (R\$ 798,00) para o ano de 2002/2003 e 5,70% (R\$ 569,65) em 2008/2009. E, as famílias com o menor nível de despesa com educação se encontram na faixa de renda mais baixa de até 3 salários mínimos.

Tabela 2 – Despesas familiares com educação por classe de rendimentos, em percentuais e R\$, para a região Centro-Oeste, POFs 2002/2003 e 2008/2009.

Salário mínimo	2002/2003 ¹		2008/2009 ²	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Até 2	5,24	1,03	10,62	1,40
Mais de 2 a 3	8,40	1,21	15,69	1,40
Mais de 3 a 6	32,90	3,03	26,05	1,50
Mais de 6 a 10	78,20	4,49	66,86	2,20
Mais de 10 a 15	89,94	3,53	133,61	2,80
Mais de 15	798,00	14,16	569,65	5,70

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de IBGE (2004; 2010).

¹Salário Mínimo: R\$ 200,00.

²Salário Mínimo: R\$ 415,00.

Percebe-se, também, que a medida que a renda aumenta, os gastos com educação apresentaram acréscimos cada vez maiores, conforme pode ser visto nos dados da Tabela 2. Fator esse que mostra o quão relacionado está o nível de renda com as despesas com educação para famílias da região Centro-Oeste. Destaca-se, também, que houve uma queda na participação percentual das despesas das famílias com educação, nos períodos analisados. Esse quadro poder ser justificado pelo aumento de programas governamentais de incentivo ao ensino público.

Como pode ser visto na Tabela 3, que apresenta a distribuição de renda das famílias por Unidade Federativa da região Centro-Oeste, para 2002-2003 as famílias despendiam uma parcela maior de sua renda com educação se comparado ao período de 2008-2009. Destaque-se que Mato Grosso do Sul foi o estado que apresentou a menor queda para o período analisado, representando 0,21%.

Tabela 3 – Distribuição da despesa média com educação das famílias da região Centro-Oeste, em percentuais, períodos 2002-2003 e 2008-2009.

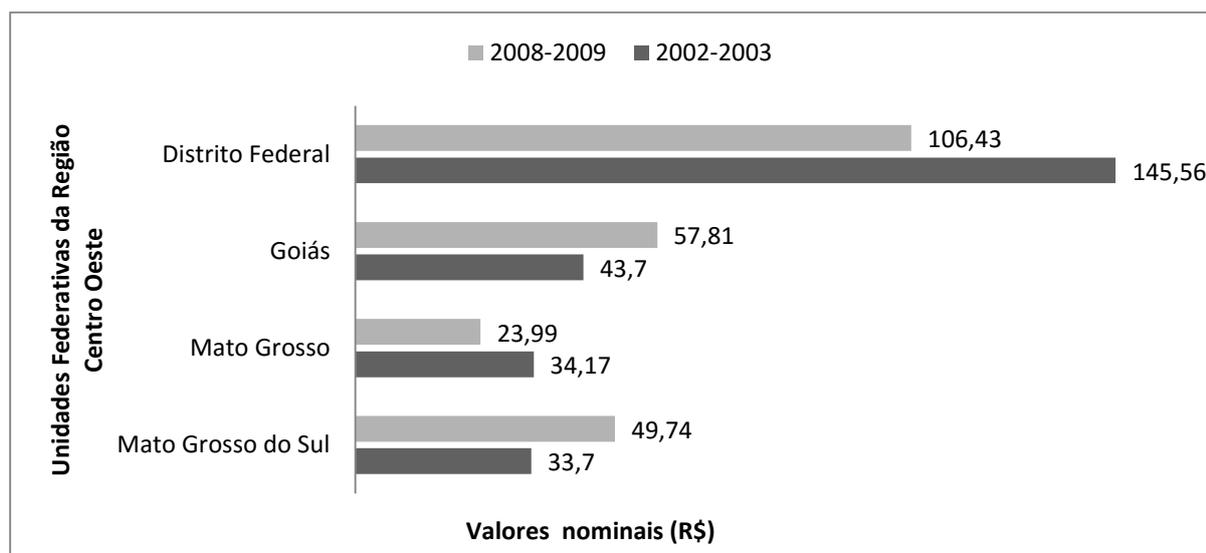
Unidades Federativas da Região Centro-Oeste	2002-2003	2008-2009
Mato Grosso do Sul	2,81	2,60
Mato Grosso	2,72	1,50
Goiás	3,65	3,00
Distrito Federal	5,91	3,50

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de IBGE (2004; 2010).

Foi no Distrito Federal que ocorreu a maior queda na despesa com educação, como pode ser visto na Tabela 3. Em 2002/2003 os gastos com educação representavam 5,91% do total de gastos das famílias, passando para 3,5% no período de 2008/2009, o que representa uma queda de 2,41 pontos percentuais.

Na Figura 3, apresenta-se os dados correspondentes as despesas médias das famílias nas Unidades Federativas da região Centro-Oeste. A maior parcela de gasto com educação foi no Distrito Federal, de R\$ 145,56, em 2002/2003, valor esse que recuou para R\$ 106,43, em 2008/2009.

Figura 3 – Despesas das famílias com educação, por unidade federativa da região Centro-Oeste, períodos de 2002-2003 e 2008-2009, em R\$.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de IBGE (2004; 2010).

No estado de Mato Grosso também ocorreu uma queda nas despesas com educação nos períodos analisados, que correspondeu a 29,79%. Já os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul



apresentaram um aumento nas despesas com educação, como pode ser verificado na Figura 3, atingindo R\$ 57,81 e R\$ 49,74, respectivamente.

A renda é um fator de extrema importância para os dispêndios familiares com educação, pois quanto maior as rendas maiores serão essas despesas. Ainda que o ensino seja oriundo da rede pública, uma família com uma renda um pouco mais elevada poderá investir em uma formação complementar com uma maior capacitação. Formação essa que poderá se dar por meio de cursos como: idiomas, informática, técnicos, entre outros. Essa maior capacitação poderá futuramente proporcionar uma renda maior para esse indivíduo, que conseqüentemente refletirá em gastos educacionais para sua família.

5. Considerações finais

O objetivo desse artigo foi analisar o gasto das famílias brasileiras, especificamente, da região Centro-Oeste com educação. Pelos dados apresentados percebe-se que na região Centro-Oeste os gastos médios das famílias com educação foi abaixo da média nacional, nos dois períodos analisados.

E ainda, comparando as Pesquisas Orçamentárias a média das despesas familiares da região Centro-Oeste em educação caiu de R\$ 58,04 (2002/2003) para R\$ 57,56 (2008/2009). Isso é preocupante, porque além de estar abaixo da média nacional nos dois períodos, também apresentou queda nos gastos com educação.

Dentre as Unidades Federativas da região Centro-Oeste destaca-se que no Distrito Federal ocorreram os maiores gastos familiares com educação. No ano de 2008/2009, a despesa média foi de R\$ 106,43, valor bem acima da média da região. O estado do Mato Grosso do Sul apresentou o maior crescimento das despesas com educação para a região, um aumento de 47,59% entre os períodos analisados.

A renda gera grande influência sobre esse tipo de despesa, até pelo fato de que à medida que a renda aumenta, as pessoas preferem colocar seus filhos em escolas particulares, que tem um ensino de melhor qualidade, assim seus gastos com educação também aumentam.

A educação exerce também influência sobre a renda. Acaba sendo um círculo, quanto maior o nível de renda, maior é o investimento em educação, e quanto maior a educação maior é a renda, assim uma coisa leva a outra. Dessa forma, educação é uma forma de melhorar as condições de vida das pessoas possibilitando melhorar o bem-estar da sociedade.

Referências

- CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. Gastos das Famílias com Educação In: SILVEIRA, F. G.; *et. al.* **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: IPEA, v.2, 2007. p.77-104.
- CELI, J. A.; PANDA, M. D. J. **A educação física nas escolas públicas e privadas**. Cruz Alta. RS, 2012.
- COELHO *et al.* Regressão quantílica com correção para a seletividade amostral: estimativa dos retornos educacionais e diferenciais raciais na distribuição de salários das mulheres no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Vol. 40, nº 1. Abril 2010. p 85-102.



CURI, A. Z.; MENEZES FILHO, N. A. Determinantes dos gastos com educação no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Vol. 40, nº 1. Abril 2010. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1244>>. Acesso em: 04/05/2015.

DI PIETRO. M. S. Z. **Direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 1995.

FERREIRA, R. T.; CRUZ, M. S. Efeitos da educação, da renda do trabalho, das transferências e das condições iniciais na evolução da desigualdade de renda nos municípios brasileiros no período de 1991 a 2000. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Vol. 40, nº 1. Abril 2010. p 103-122.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFICA E ESTATISTICA – IBGE. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: 04/04/2015.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal – 2012**. Rio de Janeiro, v.39, 98 p., 2013.

Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/66pam_2012_v39_br.pdf>. Acesso em: 12/04/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual – Empresa 2012**. Rio de Janeiro, v.31, n.1,167 p., 2009. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1719/pia_2012_v31_n1_empresa.pdf>. Acesso em: 12/04/2015.

_____. **Pesquisa de Orçamento Familiares 2002-2003: Perfil das despesas no Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:

<<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002/default.shtm>>. Acesso em: 30/04/2015.

_____. **Pesquisa de Orçamento Familiares 2008-2009: Despesas, Rendimentos e Condições de Vida**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_aquisicao/default.shtm>. Acesso em: 30/04/2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Desenvolvimento, Modernização e Condições de Vida. **Perspectiva da Política Social no Brasil**. Brasília: IPEA. 2010b. Livro 8. P.25-55.

_____. Uma análise do tamanho e da composição do gasto público brasileiro no período pós-real. **Macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego**. Brasília: IPEA, 2010a. Livro 4. P.239-257.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Relatório Nacional Pisa 2012**. 2014. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2014/relatorio_nacional_pisa_2012_resultados_brasileiros.pdf>. Acesso em 20/04/2015.

_____. **Todos pela educação**. 2006. Disponível em:

<<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em 09/06/2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Universidade para Todos – PROUNI**. 2006. Disponível em:



<http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140>. Acesso em: 25/05/2015.

_____/SECAD/DEIDHUC. **Mais Educação passo a passo**. Brasília: MEC, 2009a.

_____. **Programa de Financiamento Estudantil**. 2000. Disponível em:

<<http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em 09/06/2015.

_____. **Reestruturação e Expansão das universidades Federais**. 2004. Disponível em:

<<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em 09/06/2015.

_____. **Fundo nacional de desenvolvimento da Educação**. 2009b. Disponível em:

<<http://www.todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em 09/06/2015.

SANTANA, P. J.; MENEZES, T. A. Diferenças raciais no padrão de gastos com educação: uma abordagem semiparamétrica. **Nova economia**. Vol.1